



## ***Diretrizes Básicas Para Um Plano De Gestão Em Cultura Para Juventude<sup>1</sup>***

***Fabício Santos de Mattos***

Estudante de graduação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).<sup>2</sup>

### ***Resumo***

Este trabalho é uma análise das políticas culturais voltadas para a juventude, fazendo a crítica a uma concepção de cultura aplicada no Estado do Pará principalmente no período do governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Estado. O trabalho apresenta também propostas para a compreensão da realidade das demandas da juventude contemporânea, assim como tenta nortear políticas culturais de princípios democráticos e participativos para uma gestão em cultura voltada para a juventude no novo governo, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

### **Palavras-chave**

Cultura; Gestão Democrática; Juventude; Políticas Culturais.

### **Apresentação:**

O tratamento dado às questões relacionadas às políticas culturais, nos governos anteriores, ligam-se muito mais ao apelo e visibilidade do que à inclusão social nesta área, atualmente compreendida como estratégica, que é a cultura. Mesmo essa compreensão, de área estratégica, levou alguns anos para acontecer, e, até hoje, pode-se dizer que está muito mais em formulação (isto mesmo, criação) de demandas culturais do que em políticas efetivas de compreensão dessas demandas, só possíveis em uma gestão participativa (democrática) ouvindo os produtores culturais (no sentido amplo do termo) desde a formulação de políticas voltadas para a cultura. Esse quadro, portanto, agrava-se mais ainda quando se fala em políticas culturais voltadas para a juventude, estendendo-se não apenas em nível de Brasil, mas da América Latina como um todo.

Nesse sentido, a compreensão de cultura predominante do governo anterior, foi a de usá-la como plataforma de visibilidade para suas políticas, convertendo-a em espetáculo, em propaganda de uma Amazônia montada sob uma visão elitista de cultura. As emissoras da Fundação de Telecomunicações do Pará (Funtelpa) foram instrumentalizadas para a demarcação desta política.

Esta visão, é necessário dizer, não abrange a cultura como processo (hierarquizante, de competição, disputa de poder e potencializador de inclusão social). Propõe-se exatamente ao contrário e, não potencializar a diversidade presente na região amazônica, com a pretensão de homogeneizar a cultura para uma elite intelectual presente principalmente na capital do Pará, Belém, nos faz crer cada vez mais numa pretensão de dominação, calando as vozes da maioria dos interessados em fazer e difundir a cultura.

Mesmo na capital, o descaso de doze anos de administração “psdebista” foi massacrante, em relação aos produtores culturais que não seguiam a linha de governo, mas mesmo assim estavam presentes nas intervenções culturais das regiões mais afastadas do centro comercial. Leia-se aí: movimento *hip hop*, teatro de rua, literatura marginal (escritores, poetas), roqueiros, regueiros, artesãos, etc. O que - e quem - estava fora das áreas demarcadas pelo governo do Partido da Social Democracia

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT Práticas Sociais de Comunicação, do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte.

<sup>2</sup> Membro do Laboratório de Sociomorfologia do Curso de Comunicação Social. Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Apoio ao Recém Doutor (PARD), orientado pelo Prof. Dr. Fábio Fonseca Horácio-Castro. E-mail: fsdemattos@yahoo.com.br



Brasileira (PSDB) como cultura (ou propaganda institucional, difícil fazer esta distinção) realmente não aparecia. O governo anterior, que propagava que “cultura é um bom negócio”, demorou doze anos para perceber que as demandas sociais de cultura não passam apenas pelo mercado (com suas parcerias privadas), mas dizem respeito à satisfação na vida em sociedade. Excluir a maioria desses produtores culturais (inclua-se aí a juventude) foi um erro - e uma posição política - que ajudou a corroer essa ideologia.

Imaginando esse quadro, as demandas e as expectativas são grandes. Trataremos a seguir de analisar as especificidades da juventude e elaborar algumas propostas para um plano de gestão em políticas culturais para a juventude.

### ***Voltando o olhar para a juventude***

O dever do Estado não é produzir cultura, e sim facilitar o acesso à diversidade cultural. Para a juventude, as características da cultura de construção, destruição e reconstrução de valores vêm confluir com uma série de experiências de vida. Crises existenciais. Passeios pelas telas (imaginárias, eletrônicas, paisagens etc.). Transitam pela realidade. Eles se vêem na possibilidade da escolha, o que acarretará na formação de sua individualidade, de sua subjetividade. Sentimentos de pertencimento e afirmações da diferença. A pluralidade já está presente neste jovem, o jovem contemporâneo. Uma das demandas da juventude é a necessidade e a possibilidade de transitar pela pluralidade. Conhecer novas formas de enfrentamento do mundo.

Nessas dinâmicas, de fluxo de informações e intervenções culturais, se formam indivíduos (e coletivos) com maior capacidade de “ler” o mundo. Indivíduos com escolhas. Essas escolhas significam questionamentos, contradições, caminhadas, experiências. Assim, a cultura está no âmago da existência, assim como existir é uma constante transformação cultural.

Não estamos tratando, de maneira nenhuma, de uma visão “romântica” sobre o jovem. Se cairmos nos discursos deterministas tradicionais (que falam de estagnação social, de passividade social), estaremos esquecendo as inúmeras formas de contestação - no sentido mais abrangente da palavra - elaboradas e reapropriadas pelos jovens. Do *Hip Hop* ao *Manguebeat*; da *Tropicália* ao *Funk*; do carimbó ao *Reggae*; das Tvs educativas às rádios comunitárias.

Dito isto, podemos perceber que é principalmente no campo da cultura (mobilizadora, instigante) que os jovens mais demonstram suas ações, suas intenções e suas atuações na sociedade contemporânea. Apropriando-se dessas características culturais para fazer serem ouvidas suas vozes (bandas musicais, tribos urbanas, grupos de teatro etc.).

### ***Potencializando a cultura de juventude***

Elaboramos a seguir algumas propostas almejando construir uma política de gestão democrática para a juventude. Essas são propostas iniciais. No decorrer do trabalho, certamente outras aparecerão.

#### **a) Usando as ferramentas do Estado:**



A juventude já produz um contingente de intervenções, de material simbólico próprio, específico. Uma grande questão é como potencializar essa produção para melhorar as condições de vida da população, sobretudo dos jovens, esses produtores culturais<sup>3</sup>. Aí entra o Estado, com gestor em dinâmicas democráticas, *uma gestão autônoma* (Canclini, 2003). Trocando em miúdos: o Estado deve fornecer os instrumentos econômicos (editais, projetos, apoio cultural etc) e técnicos (cursos, bibliografia, material audiovisual, consultores, professores etc.) necessários para que os produtores se apropriem e produzam a partir suas demandas específicas.

#### **b) Entendendo as demandas de juventude:**

Para entender as demandas da juventude e conseguir construir uma gestão democrática, é necessário articular diferentes áreas. Ao mesmo tempo em que os conselheiros de juventude trarão informações sobre suas demandas, é fundamental que colham também opiniões, críticas e sugestões de seus pares, em cada localidade onde atuam. Simultaneamente, reuniões e seminários devem ser formulados pelos gestores para o constante contato com as classes artísticas e intelectuais que também propõe e atuam na área cultural de juventude. Segundo Fábio Castro, “sua experiência constitui a melhor matéria reflexiva que se pode ter para elaborar políticas no campo da cultura” (Castro, 2006). Essa é uma experiência de juventude que não deve ser desprezada.

#### **c) Descentralizar as políticas de leitura para a juventude**

Isso quer dizer que a leitura nem sempre deve ser comprada e não deve estar restrita a uma feira anual do livro. Equipar as bibliotecas escolares com livros e materiais audiovisuais voltados para a juventude parece fundamental neste ponto, pois essa prática da leitura interfere diretamente nas intervenções culturais desses agentes.

#### **d) Descentralizar o foco de Belém, sem deixar para trás o que já foi construído**

É mais do que necessário adotar uma política cultural de juventude o mais abrangente possível. Doze anos de espera pressupõe uma grande demanda para além da capital. Suprir essa demanda, dando visibilidade a ela através de meios de comunicação (principalmente a Funtelpa) é interagir dentro da região amazônica, perceber a sua diversidade dando possibilidade de conhecimento para as suas populações. Fundamental também é consolidar as políticas que já estão dando certo na capital, potencializando-as com gratuidade de espetáculos, e abertura a grupos culturais diferentes dos propostos pelo tal “bom gosto” que norteou o governo anterior.

*e) Diálogo com instituições parceiras em cultura para a juventude. UFPA, UEPA, seus núcleos e casas de cultura.*

Uma das demandas fundamentais do jovem é o emprego. Na maioria das vezes, o primeiro emprego, a porta de entrada ao mercado de trabalho. Para garantir que essa entrada seja digna e socialmente compensadora, é necessário que o Estado entre em parceria com as casa de cultura existentes no Pará, como a Casa de Estudos Germânicos (CEG) da UFPA (pois fornecem livros, cursos livres, vídeos, debates, intercâmbios etc).

---

<sup>3</sup> Não entendo aqui produtor cultural no sentido mercadológico, mas todo aquele que produz cultura, sejam artistas, intelectuais, narradores de histórias etc.



## ***Para Nortear uma Gestão Democrática***

Para concluir, gostaríamos de colocar aqui algumas questões para o debate permanente.

Construir um modelo de gestão participativa, democrática, não é uma tarefa fácil. No entanto, construir uma política cultural para a juventude dessa maneira significa fortalecer nossas diversidades locais e pensar na cultura como agente mobilizador, numa perspectiva que coloque “no centro as pessoas e as sociedades, não os investimentos, nem outros indicadores financeiros ou macroeconômicos, que articulam, de forma difusa, a América Latina com o mundo” (Canclini, 2003).

Os gestores de políticas culturais devem, acima de tudo, nortear-se pelo contexto das maiorias, permitindo-se experimentar pensar novas formas de “circularidade, reflexão, diversidade e gratuidade”, pois são “quesitos fundamentais para quem sonha com uma política cultural que favoreça o fortalecimento da sociedade e um estado de direito plural e democrático” (Castro, 2006).

Não adianta, efetivamente, construir uma imagem do jovem como um revolucionário em fotos de propagandas do maio de 1968, nem tampouco a “atitude” proclamada pelas publicidades de refrigerantes. A cultura deve ser encarada como um processo dinâmico, que acontece entre escolhas e acesso à informação, interferindo no cotidiano (político, social, econômico) destes jovens.

Se o Estado pensar a cultura assim, com gestão participativa, e ofertar ferramentas a estes jovens, eles interpretarão e se apropriarão da realidade, modificando-a.

## ***Referencias Bibliográficas***

CANCLINI, Nestor García. “*Reconstruir políticas de inclusão na América Latina*”. In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003

CASTRO, Fábio. *Os 10 pecados da política cultural do PSDB no Pará*. Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006.  
Disponível em <http://hupomnemata.blogspot.com/search/label/Pol%C3%ADtica%20cultural>. Acesso em 20 de Abril, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “*Indústrias Culturais: modernidade e identidade*”. In *Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana*. São Paulo: Intercom, 1993.

HALL, Stuart. *Da diápora. Identidades e Mediações Culturais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “*Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*”. In *Tempo Social*. Revista de sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1993.